

PARASITISMO SOCIAL: EXPLORANDO UM CONCEITO

DIAS, Rodrigo Rodrigues¹

RESUMO

O artigo procura resgatar um dos pensamentos mais avançados do início do século XX, iniciando pela discussão das razões pelas quais Manoel Bomfim foi, por muito tempo, esquecido. A partir da obra *América Latina: males de origem*, serão retracados os passos para a construção do conceito de parasitismo social e como este conceito é empregado na explicação da gênese dos males dos países latino-americanos.

PALAVRAS-CHAVE: parasitismo social, Manoel Bomfim, América do Sul

SOCIAL PARASITISM: EXPLORING A CONCEPT

ABSTRACT

The article seeks to rescue one of the most advanced thoughts of the early twentieth, starting of the discussions of the reasons why Manoel Bomfim was long forgotten. From the book *América Latina: males de origem*, shall be retraced the steps to build the concept of social parasitism and how this concept is employed in explaining the genesis of the ills of Latin American countries.

KEYWORDS: social parasitism, Manoel Bomfim, South America

1. INTRODUÇÃO: MANOEL BONFIM, UM PENSADOR ESQUECIDO

A proposta deste artigo é discutir o conceito de parasitismo social, presente no livro *América Latina: males de origem*, de Manoel Bomfim. A obra foi escrita em 1903, mas, como consta na folha de rosto, veio a público somente em 1905.

Quando de sua publicação, a obra não teve grande impacto, principalmente porque era dissonante das teorias então mais aceitas.

As teorias racistas, positivistas e darwinistas sociais, expoentes da época, buscavam explicar os povos, fundando-se numa matriz biológica. As conclusões apontavam para a existência de diferenças entre raças: umas seriam superiores e outras inferiores.

Em postura crítica e avançada para seu tempo, Manoel Bomfim relaciona essas correntes ao imperialismo. Com efeito, o argumento de existência de seleção e competição entre os povos para o alcance do progresso, gera a gradação dos homens, principalmente com base nas raças. Neste diapasão, o auge do progresso seria simbolizado pelos europeus e, no outro extremo, no mais baixo nível os negros. A mestiçagem era condenada, apontada como fator de atraso dos povos, como o brasileiro.

Manoel Bomfim quebra esse paradigma racial e busca respaldar as explicações em outro aspecto. De acordo com Antonio Candido (1990, p. 16):

Ele afirma que o que se atribui de negativo ao índio e ao negro é na verdade fruto de circunstâncias histórico-sociais, não étnicas. Rebate inclusive o aproveitamento errado da teoria da seleção natural pela luta das espécies, de Darwin, que segundo ele não se referia às sociedades humanas, nas quais são decisivas a solidariedade e a cooperação, sendo curioso que neste passo adota sem citar o ponto de vista de Kropotkin, no livro "O auxílio mútuo", uma das grandes bases teóricas do anarquismo. Manoel Bomfim diz também que a mestiçagem não é fator de inferioridade, pois não há nela degenerescência de raças pseudopuras.

Com o subtítulo, *males de origem*, há uma sugestão de uma avaliação e um método, *pois deixa perceber que há em nossa formação histórica defeitos essenciais, responsáveis pelos graves defeitos que nos afligem e serão analisados do ponto de vista genético* (CANDIDO, 1990, p. 12).

As explicações de Manoel Bomfim, pois, afastavam-se das correntes vigentes e buscavam se fincar na ordem social.

Candido (1990, p. 10), ainda atribui o pouco conhecimento da obra de Manoel Bomfim, em especial quando comparado a Joaquim Nabuco, ao fato de não ter sido uma *personalidade fulgurante* e não ter a desenvoltura na escrita como Nabuco. Ademais, Silvio Romero, pensador de grande influência na época, lhe teceu severas críticas, como se vê, no seguinte trecho:

[...] acervo de erros, sophismas e contradições palmares. Falsa é a sua base científica, falsa a ethnographica, falsa a histórica, falsa a econômica. Não admira, portanto, que falsa seja também a causa a que attribue os desvios

¹ Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Toledo/PR Formado em Direito pela Universidade de São Paulo. Mestre em Ciências Sociais pela Unioeste – Campus Toledo. Professor de Ciência Política e Teoria Geral do Estado na Fasul

e atropellos da evolução latino-americana, e sofrivelmente ineficaz a medicação que propõe para corrigi-los". (ROMERO, 1906, p. 11-12 *apud* SANTOS, 2006, p.12)

Silvio Romero, no ano seguinte à publicação de *América Latina: males de origem*, publica o livro *América latina: analyse do livro de igual título do Dr. M. Bomfim*, propondo-se a apontar "a confusão das idéias," "sentimentos" e o "estado caótico" da obra de Bomfim em assuntos de política e sociologia (SANTOS, 2006, p.12). Santos (2006, p.13) explica que Silvio Romero conclamou Manoel Bomfim a uma "discussão a *intelligentsia* brasileira do período", mas este não respondeu às críticas que lhe foram endereçadas.

Candido (1990, p. 11) aponta outros motivos para o esquecimento, como o uso do método de analogias biológicas, que foram superadas, na seqüência, por outras teorias sociológicas e, como já adiantado, a manifestação de pontos de vista politicamente incômodos para as ideologias dominantes.

Médico, por formação, Manoel Bomfim teve profícuo diálogo com a política nacional, com destaque às obras: *América Latina Males de Origem* (1905); *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira* (1926); *O Brasil na história: deturpação dos trabalhos, degradação da política* (1928); *O Brasil nação I. Realidade da soberania brasileira* (1929), *O Brasil nação II.*(1930).

Seu reconhecimento veio tardiamente, por Dante Moreira Leite, em *O caráter nacional brasileiro* (1965). Em seguida, na caneta de Aluísio Alves Filho, em *Pensamento político no Brasil/Manoel Bomfim: um ensaísta esquecido* de 1979. Em 1984, Flora Süssekind e Roberto Ventura escrevem um sólido estudo, *Uma teoria biológica da mais-valia? – Análise da obra de Manoel Bomfim*. Darcy Ribeiro, no mesmo ano de 1984, publicou o ensaio *Manoel Bomfim antropólogo* (CANDIDO, 1990, p. 10).

Assim, finalmente, o autor começa a entrar em circulação, com merecimento, já que *foi um dos pensadores mais originais e clarividentes que o Brasil teve em relação a problemas que no seu tempo eram propostos e estudados de maneira insatisfatória* (CANDIDO, 1990, p. 10).

Destarte, a análise de um conceito central do livro *América Latina: males de origem* ganha importância e pertinência, juntando-se ao esforço de resgatar a visão deste esquecido autor.

1. PARASITISMO SOCIAL: A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO.

Ao iniciar a segunda parte do livro, Manoel Bomfim, de plano, após citação de Auguste Comte, traz a então corrente crítica de se associar, *em tudo e para tudo, as sociedades aos organismos biológicos* (p. 17). Contudo, explica que o conceito em si, não é condenável. O que deve ser evitado é a simplificação, ou a visão estreita de considerar as sociedades e seus integrantes como meros organismos biológicos.

Manoel Bomfim, portanto, não insiste na crítica de identificar a sociedade com organismos vivos. Ao contrário, para ele, como nos organismos, há leis que regem a sociedade, para além das que se referem aos fatos biológicos, leis sociais peculiares à organização social. As sociedades são realidades singulares, passíveis de serem examinadas e delas extraídas leis *tão fatais como as da astronomia ou da química*:

Deste consenso unânime vem – exatamente o considerar-se a sociologia como ciência, isto é – o estudo de um conjunto de fatos dependentes de leis fatais, tão fatais como as da astronomia ou da química, fatos estreitamente dependentes e relacionados, e pelos quais nos é dado perceber a sociedade como uma realidade à parte, cujas ações, órgãos e elementos são perfeitamente acessíveis ao nosso exame. Nenhum homem verdadeiramente pensante desconhece, hoje, esta noção, elementar em ciência social: "As sociedades obedecem a leis de uma biologia diversa da individual nos aspectos, mas em essência idêntica" (p. 17).

Enfim, seguindo orientação positivista, o autor dialoga com as ciências naturais, buscando a apreensão de leis que fazem a regência dos fatos sociais.

O próprio conceito que nos propusemos a analisar – parasitismo social – traz, em si, a metáfora da relação entre espécies na natureza.

Manoel Bomfim, como já dissertado, procura as causas históricas para a situação das nacionalidades sul-americanas:

Aparentemente, não há nada que justifique ou explique esse atraso em que se vêem, as dificuldades que têm encontrado no seu desenvolvimento. O meio é propício, e por isso mesmo, diante desta anomalia, o sociólogo não pode deixar de voltar-se para o passado a fim de buscar as causas dos males presentes. Há um outro fato a indicar bem expressamente que é nesse passado, nas condições de formação das nacionalidades sul-americanas, que reside a verdadeira causa das suas perturbações atuais: é que, por um lado, estas perturbações, estes males são absolutamente os mesmos – mais ou menos atenuados – em todas elas; e, por outro lado, estes povos tiveram a mesma origem, formaram-se nas mesmas condições, foram educados pelos mesmos processos, e esses males eles os vêm sofrendo desde o primeiro momento. Pois, se os antecedentes são comuns, se os sintomas são os mesmos, se estes se continuam com aqueles – é bem natural que nestes antecedentes esteja a verdadeira causa (p. 19).

A primeira conclusão a que chega o autor é que as nações colonizadoras – Portugal e Espanha – sofriam dos mesmos males que as nações colonizadas da América do Sul:

[...] o mesmo atraso geral: uma geral desorientação, porventura, um certo desânimo, falta de atividade social, mal-estar em todas as classes, irritação constante e, sobretudo, uma fraqueza tão acentuada que a muitos se afigura, também, como uma incapacidade essencial a manterem-se soberanas e livres a par dos outros povos (p. 20).

As nossas origens, pois, são contaminadas pelos males dos povos ibéricos, responsáveis pela nossa colonização. A forma de exploração – sufocante e egoística – imposta pelas metrópoles está na sua gênese.

Para explicar essa relação, então, Manoel Bomfim utiliza-se do parasitismo. Ele inicia sua explicação com um animal marinho: o *Chondracanthus gibbosus*. Esse animal:

[...] resume toda a atividade vital em sugar a seiva nutritiva, que ele já encontra elaborada, pronta a ser assimilada e apropriada para a nutrição íntima dos tecidos, e em reproduzir-se. É nessas condições que o animal adulto se apresenta: parasita, rudimentar, e “inferior” – a ponto de ser considerado um verme (p.21).

Os naturalistas, estudando o *Chondracanthus*, descobriram tratar-se, na verdade, de um crustáceo, o copepodo, uma forma de vida superior aos vermes. Na vida embrionária, quando suas estruturas deveriam ser ainda mais simples, são mais complexas: há órgãos que não existem na fase adulta. Conforme ele se desenvolve, estes órgãos atrofiam e desaparecem. E por qual motivo? Justamente por ele ter se tornado um parasita, por resumir a sua vida a sugar da energia vital de seu parasitado. Sem o uso de seus órgãos, eles atrofiam. Como explica Bomfim, na biologia, a função faz o órgão. Sem a sua utilização, eles não se aperfeiçoam. Ao contrário, recrudescem. Conclui:

Por uma circunstância qualquer, ele se achou um dia sobre uma presa viva; tirou dela o alimento; deu-se bem, voltou ainda... Então, ele era apenas um animal depredador. Depois, nem mais se afastou da sua vítima, apegou-se a ela, fixou-se definitivamente, e todo o seu esforço ou trabalho vital se resumiu, deste momento em diante, em sugar o animal a que se prendia. Aí encontra ele tudo; a vida lhe é muito mais fácil do que se, da natureza, tivesse de tirar diretamente o sustento [...] Assim, é uma conseqüência fatal em biologia que, tornando-se parasita, um organismo degenera, involui (p. 23).

Ao transpor a relação parasitária às relações entre os países ibéricos e as colônias sul-americanas, Manoel Bomfim elabora o parasitismo social. Segundo ele, o mesmo que acontece com os organismos vivos, acontece com os organismos sociais. Aquilo que se coloca como obstáculo ao desenvolvimento dos seres vivos, também se coloca ao dos organismos sociais.

Quando um grupo social vive parasitariamente sobre outro grupo social, tal qual o *Chondracanthus*, se degenera, se degrada, em suma, involui. Um grupo, mesmo tendo alcançado grande progresso, ao passar a viver da exploração de outro, percorre o processo do parasita organismo biológico. Sua existência passa a depender do povo parasitado e suas habilidades recrudescem:

Ora, uma sociedade que viva parasitariamente sobre outra perde o hábito de lutar contra a natureza; não sente necessidade de apurar os seus processos, nem de pôr em contribuição a inteligência, porque não é da natureza diretamente que ela tira a subsistência, e sim do trabalho de outro grupo; com o fruto desse trabalho ela pode ter tudo. Não há mais necessidade de ver, observar, guardar a experiência e manter-se em contato com a natureza (p. 25).

Em termos de moralidade, a sociedade que vive da exploração alheia, da extorsão, da iniquidade, da opressão de outra, desenvolve sentimentos egoísticos, perversos, despreocupados com a sociedade parasitada.

Como se verifica, para Manoel Bomfim, a lei que rege a relação entre o ser parasita e o parasitado, também rege as sociedades em relação de exploração de uma sobre a outra. A sociedade parasita passa a depredar e explorar a parasitada, retirando o necessário para sua manutenção, quase que exclusivamente, da sociedade parasitada, sem nutrir preocupações com elas. Destarte, passa a sofrer, internamente, uma estagnação, já que não se vê obrigada a domar a natureza, a criar tecnologias, enfim, a se desenvolver. Os parasitas retiram todo o conforto para si, mas não podem escapar da degradação que esta situação lhe impingirá.

Manoel Bomfim traça a lei social fatal do parasitismo social, por meio dos seus efeitos, nos seguintes termos:

Sempre que há uma classe ou uma agremiação parasitando sobre o trabalho de outra, aquela – o parasita – se enfraquece, decai, degenera, extingue-se. É fato reconhecido – e geralmente mal interpretado, mas em todo caso incontestável – a decadência, por toda parte, e a extinção dos elementos que formam as classes superiores, dominantes, exploradoras, em todas as civilizações, tanto nas antigas como nas modernas. (p. 28/29)

O próximo item se ocupará da aplicação do conceito, no âmbito da América do Sul.

2. PARASITISMO SOCIAL: A APLICAÇÃO DO CONCEITO.

O parasitismo foi o que regeu as relações das metrópoles ibéricas com as suas colônias.

Manoel Bomfim traça a história da Espanha, desde o aparecimento na história, pelas invasões cartaginesas, passando pela ocupação romana, as invasões bárbaras e a árabe e a reconquista e chegando ao final século XV, como uma *nação moderna, livre, organizada, vitoriosa e à custa dos seus próprios esforços* (p.36). A história de lutas e guerras também marca Portugal.

Esse passado belicoso gerou algumas conseqüências aos povos ibéricos, que se combinaram para o futuro: a cultura de guerra e o regime de viver de saques, com o desenvolvimento de tendências depredadoras, além de não se habituarem ao trabalho pacífico.

Terminada a fase de guerras necessárias, consolidados os Reinos, Portugal e Espanha, imbuídos do espírito de luta e da ganância de saquear, partem para conquistar.

Com os descobrimentos, os reinos ibéricos impõem uma relação parasitária, com a massacrante exploração das colônias:

Quando começou a colonização da América, já as nações peninsulares estavam viciadas no parasitismo, e o regime estabelecido é, desde o começo, um regime preposto exclusivamente à exploração parasitária. Desde o início da colonização, o Estado só tem um objetivo: garantir o máximo de tributos e extorsões. Concedem-se as terras aos representantes das classes dominantes, e estes, aqui – pois não vêm para trabalhar – escravizam o índio para cavar a mina ou lavrar a terra. Quando ele recalcitra ou se extingue, fazem vir negros africanos, e estabelecem-se a forma de parasitismo social mais completa, no dizer de Vandervelde (p. 77/78).

Enquanto a colônia é severamente explorada, a metrópole vê a aristocracia florescer, independentemente do trabalho:

Nas metrópoles, as cortes se desenvolvem, crescem, proliferam, alastram, até abranger todas as classes aristocráticas; multiplicam-se os cargos e prebendas hereditárias; há uma pensão para cada nobre. Em torno de cada senhor se forma uma corte secundária, porque todo o mundo se desgosta das profissões modestas e laboriosas, e quem não pode montar casa, só busca agregar-se a um grande solar qualquer, onde, sem trabalhar, possa alcançar um meio de vida e uma situação (p. 78).

Os campos se esvaziam e as pessoas buscam a cidade. A cidade é símbolo do parasitismo, pois não há trabalho ou indústria. O regime político é organizado para o fim exclusivo de manter o *status quo*.

Esse ambiente de degenerescência da metrópole transborda e passa a se refletir na colônia, por meio dos agentes da administração, dos representantes dos monopólios, e dos próprios colonos em grande parte (p. 79).

Assim, com base no rígido conservadorismo, por séculos, as metrópoles ibéricas parasitas mantiveram suas presas sobre controle. Enquanto nações passavam do militarismo à produção, por meio da indústria, Portugal e Espanha se assentaram no parasitismo, vivendo de sugar, sem preocupação com o desenvolvimento próprio.

Mesmo depois da independência das colônias, a herança dessa relação foi decisiva. Manoel Bomfim qualifica duas ordens de efeitos: os gerais – constantes de todos os parasitados, pelo simples fato de serem parasitados – e os especiais, quais sejam, herança, educação e reação.

Os efeitos gerais possuem três manifestações:

[...] enfraquecimento do parasitado; as violências que se exercem sobre ele, para que preste uns tantos serviços ao parasita – além do encargo capital de nutri-lo; finalmente, a adaptação do parasitado às condições de vida que lhe são impostas (p. 81).

Quanto à primeira manifestação, interessante notar o exemplo da escravidão. A exploração pode ser tamanha e tão brutal a ponto do parasita destruir o parasitado. Entretanto, como aconteceu na escravidão, a classe parasitada fornece outras vítimas ao parasitismo, substituindo as destruídas pelo parasita. O negro fisicamente aniquilado pelo seu senhor, nas duras condições de trabalho e de disciplina, é substituído pelo negro fornecido pelo farto tráfico negreiro.

No que se refere à segunda manifestação, serviços acessórios são exigidos, tal como ocorre na natureza. Em muitas ocasiões, os índios foram usados como soldados para a manutenção do domínio português diante de invasões estrangeiras.

A crueldade maior do parasitismo, aponta o autor, é a imposição de adaptação à vida decorrente dele. Essa é a terceira manifestação. Nas palavras de Bomfim:

As classes inferiores e mecânicas se adaptaram a viver em condições de pobreza, desconforto e miséria que parecem incompatíveis com a vida. Os escravos negros – coagidos pelo açoite – adaptaram-se, habituaram-se a trabalhar o mais possível e a viver com o mínimo de conforto de alimentação; os que se não afaziavam a isto pereciam. Assim morreram os milhões de africanos importados para engordar os colonos espanhóis e portugueses (p. 86).

Essa realidade se espalhou pelas colônias: não havia indústria, nem pequena lavoura. Somente latifúndios, nos quais o trabalho era destinado aos escravos. O trabalho, por herança dessas relações, se tornou um estigma, por ser indigno do homem livre, por ser algo inerente ao escravo. Só o escravo trabalhava: *com isto resultou que o trabalho foi considerado, cada vez mais, como coisa vil, infamante. O ideal para todos era viver sem nada fazer – ter escravos e à custa deles passar a vida e enriquecer* (BOMFIM, p. 91).

Os efeitos especiais completam o quadro. Manoel Bomfim começa pela análise da herança. Herança social, segundo ele,

Consiste na transmissão, por herança, das qualidades psicológicas, comuns e constantes, e que, por serem constantes e comuns através de todas as gerações, dão a cada grupo social um caráter próprio distintivo (...) (p. 112)

O autor destaca o conservantismo como a herança que recebemos do povo ibérico. A mentalidade de espoliação e de manutenção do *status* para o conforto da metrópole parasita foi recebida pelas oligarquias, mesmo depois das independências. Essas oligarquias não se portam conservadoras por um processo reflexivo. Tal qual as metrópoles ibéricas:

Não suportam que as coisas mudem em torno deles. Adotam as idéias, aceitam as palavras, mas não podem aclimatar-se às coisas que essas palavras designam. É este fundo de conservantismo afetivo que traz aos homens das classes dirigentes a preocupação, comum a todos, qualquer que seja o seu programa, quaisquer que sejam as suas idéias: o conservar ou conquistar a aquiescência dessa classe dos retardatários de ofício – indivíduos que não compreendem, sequer, que as sociedades sofrem uma evolução constante. Na prática, todos esses homens das classes dirigentes são escravos passivos da tradição e da rotina; são ativos apenas para opor-se a qualquer inovação efetiva, a qualquer transformação real, progressista. Dir-se-ia medo ou preguiça; conservam, porque têm a impressão de que assim estão no caminho mais seguro para evitar o imprevisto e criar o menos possível de dificuldades no momento. Vivem – eles e o país que dirigem – uma vida de adiamentos e vãos expedientes. Para todos, o ideal é dizerem-se conservadores (p. 116).

Essa tradição conservadora faz com que até mesmo políticos ousados sejam conservadores:

São revolucionários até a hora exata de fazer a revolução, enquanto a reforma se limita às palavras; no momento da execução, o sentimento conservador os domina e o proceder de amanhã é a contradição formal às idéias. Começa porque, mesmo revolucionários hoje, a sua aspiração mais viva é ver, no dia seguinte, toda a gente conforme com os seus atos, é ver que todos vêm aderir a eles. E a adesão se faz efetivamente; não há nada que se oponha a isto; amanhã será tudo como ontem (p. 116)

Por herança, mais especificamente por imitação, os povos latino-americanos têm uma noção deturpada de Estado: uma estrutura a serviço de conservar as coisas da forma que estão. Os Estados oriundos dos processos de independência não emergiram das novas nacionalidades, permanecendo as estruturas coloniais. As classes dominantes usurparam o Estado, mantiveram a estrutura espoliadora e passaram, elas, a parasitar as demais classes. Neste aspecto, o Estado continuava sendo visto como uma instituição à parte, alheia ao contexto social nacional:

Aqui, não: o Estado impunha-se à sociedade, existia sobre ela, em conflito com ela, em nome dos direitos e prerrogativas da Coroa. Um dia, o regime colonial chegou ao seu fim, as colônias se emanciparam – em que consistiu esta emancipação? “Nacionais” substituíram-se no poder aos representantes das metrópoles, nos cargos mais importantes: os impostos deixaram de ir para o Tesouro da Coroa de ultramar; mas o Estado, em si, permanece qual era. Decretaram-se Constituições, Constituições mais ou menos liberais; isto, porém, não teria a virtude miraculosa de transformar de pronto as tradições governamentais, reduzindo o Estado a um simples aparelho subordinado totalmente à vida geral da nação. (p. 144/145)

No que tange à reação, decorre do sentimento de aversão da população a este Estado estranho e indiferente a ela. As relações com o Estado tornam-se marcadas pela má vontade das pessoas na submissão a este ente abstrato desconhecido, com a revolta como única saída quando as injustiças fossem extremas:

Eis, em síntese, as relações do povo com o Estado: pagar tributos, ser oprimido, desrespeitá-lo, revoltar-se quando as iniquidades eram excessivas. Educadas neste regime, as sociedades americanas não se podiam transformar, de um dia para outro, em modelos de ordem e de liberdade política, principalmente porque as causas das desordens subsistiam em grande parte; os motivos de prevenção e má vontade contra o Estado não desapareceram, como não desapareceu o desamor pelas coisas Públicas (p. 162).

Enfim, eis os males de origem. Origem na relação parasitária imposta pelas metrópoles ibéricas, transmitidas às novas nacionalidades sul-americanas, após os processos de independência, em que as classes dominantes se servem do Estado para manter, em grande parte, a estrutura colonial.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O artigo buscou mostrar como Manoel Bomfim, no livro *América Latina males de origem* construiu o conceito de parasitismo social e como ele se aplica aos países sul-americanos.

Como se viu, o parasitismo é elaborado pelo autor como uma verdadeira lei. Uma lei social, tão fatal quanto uma lei natural. Essa posição, inspirada no positivismo, é evidente na obra quando faz uma série de analogias entre fatos sociais e fatos naturais, envolvendo, respectivamente, sociedades parasitas e parasitadas e seres parasitas e parasitados.

Na medida em que explica como reagem seres vivos parasitados diante da ação de parasitas, expõe como sociedades parasitadas sofrem as mesmas conseqüências das sociedades parasitas. É assim quando do início da construção do conceito, com o *Chondracanthus*, bem como exemplifica o seu funcionamento com abelhas e formigas. De se destacar a citação de trechos de livros técnicos da área das Ciências Naturais.

O *Chondracanthus* faz da metáfora bastante elucidativa, na medida em que mostra que o parasita se aproveita do parasitado, mas é certa a sua própria degradação, justamente em face do conforto. Exatamente o que aconteceu na colonização da América.

Portugal e Espanha se desenvolveram dentro de um espírito belicoso, culminando em grandes potências européias na Idade Moderna. Tão logo as guerras, em especial depois da Reconquista, não mais se fizeram necessárias, passaram a conquistar e transferiram para essas terras a lógica de luta e o desprezo pelo trabalho. Era a lógica do aventureiro, como prefere Sérgio Buarque de Holanda (1995), que ignora fronteiras, que concentra os esforços para recebimento de recompensa imediata.

Como verdadeiros vermes, passaram a explorar ferozmente as colônias, delas retirando todo o necessário à sua prosperidade, ao seu conforto. Como na lei natural fatal, a conseqüência foi a estagnação e a posterior involução de Portugal e Espanha. Manoel Bomfim menciona que entre os séculos XVI e XVII, auge do colonialismo

[...] não se vê um só nome espanhol ou português entre os homens que fundam a cultura moderna e dominam a natureza, ou naqueles que refazem a filosofia racionalista, que iluminará as gentes na conquista da justiça e da liberdade. Ao passo que os outros povos completam a sua evolução, e se estabelecem definitivamente sobre o solo, aplicando às necessidades reais da vida as descobertas da ciência, e criam a indústria moderna, e normalizam o trabalho, e fundam a riqueza estável pela produção inteligente, e completam o seu desenvolvimento econômico, tornando-se produtores, a Espanha desaparece desse concurso do progresso. Enquanto os ânimos, fortalecidos pela ciência, vão lutando e se vão libertando, aqui e ali, aos poucos, mas continuamente, até chegar a esse estado de emancipação de espírito dos fins do século XIX, a Espanha apropriase da Inquisição para eliminar sistematicamente todas as aspirações de liberdade e ergue em sistema a escravidão espiritual – degrada-se... (p. 21)

E o parasitismo imposto teve efeitos funestos sobre as nações independentes na América do Sul, com destaque a conservantismo exacerbado, que reproduziu a relação parasitária das classes dominantes sobre as dominadas.

É no parasitismo que Bomfim encontra a causa dos males da América Latina. E não na raça, não na biologia dos povos. Note-se que a biologia, em Bomfim, é utilizada de forma metafórica.

O autor constrói o conceito de parasitismo social estabelecendo analogias com o parasitismo natural, como exaustivamente dissertado.

A lei da relação social é a degeneração do parasitário, pela ação espoliadora do parasita, mas, também, a estagnação do parasita, que, para garantir a manutenção da relação, utiliza-se de conservantismo, mantendo o estado das coisas.

O parasitismo e seus efeitos levam conseqüências dramáticas na formação das nações americanas independentes e mantém desafios de difícil transposição.

Bomfim, no entanto, não vê as sociedades parasitadas como inertes. O fato de terem sofrido com o parasita não lhes condena ao eterno atraso. Apesar de o parasitismo impor uma adaptação ao parasitado, o progresso social, com base na democratização da educação, estaria nas classes dominadas. São elas as mais interessadas no processo de mudança social. Precisavam ser educadas e, assim, tomar consciência do estado de coisas, para sair dele. A educação tem o condão de mudar o psicologismo das pessoas e, assim, provocar a mudança.

O parasitismo social é conceito que serve de explicação para o gênese dos males nos países sul-americanos. Com ele, Bomfim traça a origem e como as conseqüências se reproduziram, depois das independências e assolavam, até seu tempo, as sociedades brasileiras e latino-americanas em geral. Como intelectual engajado, propunha, a partir de sua análise, meio de alterar as coisas.

A leitura que faz CANDIDO (1990, p. 17) é a de que as idéias de Bomfim, em seu tempo, foram lúcidas e avançadas, *mostrando a persistência do colonialismo através do predomínio das oligarquias, a marginalização do povo, o perigo imperialista a mentalidade espoliadora em relação ao trabalho, visto como prolongamento da escravidão.*

REFERÊNCIAS

BOMFIM, M. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008, disponível em <http://www.bvce.org/LivrosBrasileirosDetalhes.asp?IdRegistro=57>, acesso em 04.01.2011.

BOTELHO, A. **Manoel Bomfim e o Legado Autocrático Do Estado Brasileiro: Apontamentos Para Uma Agenda De Pesquisa**. Disponível em http://www.achegas.net/numero/31/col_andre_31.pdf, acesso em 04 Jan. 2011

CANDIDO, A. Radicalismos. **Estud. av.**, São Paulo, v. 4, n. 8, Abr. 1990 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141990000100002&lng=en&nrm=iso>. acesso em 04 Jan. 2011. doi: 10.1590/S0103-40141990000100002.

CARVALHO, J. M. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Aug. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200002>.

_____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 12ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GONTIJO, R. Manoel Bomfim: "pensador da história" na Primeira República. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 23, n. 45, July 2003 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102882003000100006&lng=en&nrm=iso>. acesso em 04 Jan. 2011. doi: 10.1590/S0102-01882003000100006.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, W. B. S. A. **Povo e raça na formação da nação: o debate entre Manoel Bomfim e Silvio Romero**. Marília: UNESP, 2006, 130 p., Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, Marília: 2006.